

**METODOLOGIA DE INQUERITO SOCIOLINGUISTICO
E A SUA APLICAÇÃO EM ZONAS RURAIS**

**Maria Victoria NAVAS
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa**

RESUMO

Através da análise dos estudos de dialectologia, de geografia linguística e da sociolinguística moderna, publicados, faz-se um inventário das metodologias utilizadas.

Tomando como ponto de partida essas metodologias e a sua análise crítica, desenvolve-se um método próprio de inquérito sociolinguístico, aplicável numa zona rural de línguas em contacto.

1. INTRODUÇÃO

Nesta comunicação,¹ apresenta-se a história dos trabalhos de dialectologia rural e analisam-se os métodos utilizados: questionários, informantes, Atlas Linguísticos e Mapas; investiga-se a origem da disciplina e as suas relações com a linguística; examina-se a sua evolução, com o aparecimento da dialectologia estrutural e da dialectologia generativa.

Em seguida, elabora-se um balanço dos resultados obtidos e avança-se em direcção à dialectologia urbana; relativamente a esta disciplina pondera-se, do ponto de vista dos estudos tradicionais, as conquistas alcançadas, as relações entre a variável social e a variável linguística; definem-se as suas metas e examinam-se os seus métodos, vantagens e inconvenientes.

Por último, procede-se a uma análise das estratégias utilizadas na dialectologia urbana, especialmente no estudo dos diferentes estilos, tendo em conta as investigações realizadas em comunidades bilingues e dando alguns exemplos de áreas luso-espanholas de línguas em contacto.

2. A DIALECTOLOGIA. DEFINIÇÃO

Definir a dialectologia parece uma tarefa fácil: é a ciência que estuda os dialectos. Tradicionalmente, os dialectos foram associados a línguas rústicas, sem prestígio, a formas de língua não escritas, ou a desvios da norma. No entanto, segundo Chambers e Trudgill² "todos os falantes são falantes de, pelo menos, um dialecto (...) e não faz sentido supor que um determinado

dialecto é linguisticamente superior a outro", ainda que não se negue a utilidade de, em alguns casos, entender dialecto como uma subdivisão de uma língua particular.

Wardhaugh³ distingue entre dialecto regional e dialecto social. O primeiro refere-se aos habitantes de uma região relativamente a outras regiões, e o segundo refere-se à variedade de uma classe social específica que se diferencia de outras classes. Os dialectos regionais são estudados pela geografia dialectal, enquanto que os dialectos sociais são estudados pela sociolinguística, tendo, os últimos, como ponto de partida, a investigação feita pelos primeiros.

3. O ESTUDO DOS DIALECTOS

A percepção por parte dos falantes da existência de dialectos é provavelmente tão antiga como a linguagem. Chambers e Trudgill (p. 13) referem uma passagem do Antigo Testamento (Juizes, XII, 6) em que os do grupo de Galaad reconhecem os espiões efraimitas introduzidos no seu exército, porque estes não conseguem pronunciar correctamente a palavra *šibbólet* (dita como *sibbólet*). Apesar deste conhecimento tão antigo, os estudos sistemáticos dos dialectos, só surgiram na segunda metade do século XIX.

Os primeiros estudos, estreitamente relacionados com os Neogramáticos, tomam como base "os pressupostos e métodos da linguística diacrónica e muitos dos seus resultados foram utilizados para confirmar dados encontrados em outras fontes históricas" (Wardhaugh, p. 128). Pouco a pouco, os limites da geografia mesma e afastando-se, cada vez mais, dialectólogos e metalinguistas. Mais tarde os dois grupos aproximaram-se ao reconhecer-se que o estudo dos dialectos é uma fonte de dados para o estudo da variação.

O primeiro trabalho que se pode chamar dialectal foi

iniciado por George Wenker, em 1876, na Alemanha. Wenker enviou pelo correio listas de palavras e frases aos professores primários do norte de Alemanha, pedindo que estes lhe respondessem em dialecto local. Também na Dinamarca em 1898 se iniciou um projecto semelhante, sob a direcção de Kristensen, que terminou em 1912. Mas a partir desta data os inquéritos por correspondência foram substituídos por investigação de campo.

Em 1896, realizou-se em França o primeiro estudo com investigação de campo, sob orientação de Jules Gilliéron que desenvolveu os métodos definidos por Wenker. Gilliéron ensinou o comerciante Edmond Edmont, escolhido pelo seu ouvido apurado, que durante 4 anos percorreu 639 lugares, realizando 700 entrevistas (curiosamente apenas 60 foram feitas a mulheres). Os trabalhos deste investigador serviram de maneira directa ou indirecta para a realização das investigações feitas em Portugal, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Itália e Suíça. Nele se basearam, entre outros, Jaberg e Jud para realizar o Atlas Linguístico da Suíça e Itália.

Em Portugal, os estudos de dialectologia surgiram com J. Leite de Vasconcelos. O seu primeiro estudo foi sobre o dialecto mirandês em 1882. Estes trabalhos foram prosseguidos pelo Centro de Estudos Filológicos, fundado em 1932. Mais tarde (1942), em Coimbra, M. de Paiva Boléo iniciou um inquérito por correspondência (o I.L.B.), a partir dos questionários para o Atlas Linguístico e Etnográfico da Itália e da Suíça Meridional e para o da Península Ibérica e promoveu a elaboração de numerosas monografias dialectais. O Prof. Cintra prosseguiu, em Lisboa, as investigações na área da dialectologia, participando no ALPI em 1953 e dirigindo e orientando trabalhos fundamentais da dialectologia portuguesa, nomeadamente, a partir de 1974, o Atlas Linguístico e Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG).

Todos estes inquéritos seguiram o mesmo princípio: procurava-se uma, ou duas pessoas, no lugar de investigação, de preferência idosas e sem terem saído do local, registava-se a pronúncia de determinadas palavras, referidas a certos objectos e, com

base nessa informação, definiam-se tipos de pronúncia regional. Depois de se alargar a recolha de materiais a vários lugares de uma área geográfica, definiam-se os limites. Se os falantes de uma região apresentavam um conjunto coerente de sons e formas, e se havia suficientes diferenças, relativamente a outras áreas geográficas, delimitava-se um dialecto de uma língua (Wardhaugh, p. 131).

Estas investigações tiveram a sua época de esplendor na primeira metade deste século, com a publicação do Atlas Linguístico da França de Gilliéron. Mas este tipo de abordagem tem vindo a decair desde a segunda metade do século, com escassas excepções. Qual será o seu futuro?. Chambers e Trudgill (p. 23) são cépticos relativamente à sua continuação, dada a grande quantidade de recursos económicos e de entusiasmo que são necessários para realizar esta tarefa; e, o que é mais importante, devido à nova direcção que tomaram os trabalhos de dialectologia, encaminhada hoje em dia, para a dialectologia urbana e para a interacção de variáveis independentes com variáveis linguísticas. A sobrevivência destas pesquisas depende da maneira como os dialectólogos assimilarem os novos métodos da dialectologia.

3.1 Objectivo

Resumido de uma forma rápida, o objectivo é: recolher, interpretar e analisar os dados à luz de mapas e de isoglossas para extrair conclusões sobre a variação linguística que ocorre num determinado lugar. A sua metodologia é a semelhante à de outros ramos da linguística, integrando aspectos teóricos do âmbito da fonologia, da morfologia, da sintaxe e da semântica, mas possui alguns aspectos característicos: o questionário e os informantes.

3.2 O questionário

O trabalho de campo, na dialectologia tradicional, baseia-se num questionário, dividido em campos semânticos, o que facilita a tarefa de comparar as respostas das várias localidades entre si. O que tem mudado tem sido a maneira de abordar os informantes. Inicialmente utilizava-se o método directo ("Como se chama este chávena"? ou "Como se pronuncia vinte?"), mas a partir de Jaberg e Jud todas as perguntas são indirectas ("Como se chama este objecto?"). As perguntas indirectas podem orientar-se para obter uma determinada palavra ("O que diz quando pede perdão?"); para obter uma pequena conversa ("Como branqueia a roupa com cinza?"); para completar ("No café põe-se..."). A vantagem das perguntas indirectas é evidente mas o problema radica no tempo necessário para levar a cabo as entrevistas com questionários muito extensos (de, às vezes, cerca de 1500 palavras). Para além da extensão de cada inquérito existe outra desvantagem que diz respeito ao estilo, pois os dados recolhidos apenas contemplam o estilo cuidado e formal. E, no entanto, é sabido que quanto mais informal é o estilo, maior é a percentagem de ocorrência de linguagem regional e de vocabulário local. Claro que o estudo do estilo informal depende em grande parte do entrevistador, da sua capacidade de captar a atenção do informante; por exemplo, propondo-lhe temas do seu interesse: os prejuízos da colheita por causa da chuva, a sua opinião sobre os jovens, sobre as mulheres, etc. Mas isto só foi possível depois do aparecimento dos gravadores, que permitem ao entrevistador estar disponível e atento à conversa e não à transcrição da fala do informante.

3.3 Os informantes

A escolha dos informantes é talvez o que caracteriza mais claramente os métodos utilizados na dialectologia tradicional. Os informantes são escolhidos seguindo algumas NORMAS: que sejam idosos, rústicos, do sexo masculino e tendo saído pouco da sua comunidade.

É compreensível a razão destes critérios de escolha. Por exemplo, as áreas de estudo eram rurais porque se consideravam as mais conservadoras, no sentido em que preservavam formas arcaicas da língua a investigar, pois como se sabe as áreas urbanas são mais inovadoras e linguisticamente menos estáveis.

Escolhiam-se informantes de idade avançada porque reflectiam o discurso de uma época passada. Eram do sexo masculino porque nos países ocidentais o discurso das mulheres tende a ser autoconsciente da sua classe, mais do que o dos homens.

A escolha dos informantes revela-se como um dos pontos mais controversos na dialectologia: "Leitores e investigadores põem em causa a pertinência do que parece ser um tipo de linguística arqueológica. Os jovens nativos (...) descobriram que a língua registada nos estudos das suas áreas regionais é totalmente alheia a algo que lhes pareça familiar. Esta descoberta não é surpreendente se considerarmos que nos nossos dias a maior percentagem da população é móvel, jovem, urbana e feminina, noutras palavras, o diametralmente oposto às NORMAS" (Chambers e Trudgill, p. 35).

Este tipo de trabalhos de geografia dialectal teve uma história longa e respeitada, mas possui sérias limitações: ignora áreas densamente povoadas, especialmente urbanas; a selecção dos informantes tende a não ser muito controlada, pois muitas vezes os dados recolhidos não reflectem mais que a fala de uma determinada pessoa, que passa a representar toda a área inquirida. Carece, assim, do rigor estatístico que os sociólogos exigem nas amostras de qualquer população.

Por outro lado, os Atlas dialectais procuram relacionar a variação da língua com factos históricos, mas ignoram os factores sociais ainda que, nos últimos tempos, tenha havido uma tentativa

de reconhecimento e consideração dos mesmos, relativamente pouco importante, dado o inadequado sistema de classificação social que empregaram na maioria das investigações.

Estas investigações têm, pois, uma marcada incidência regional; mas como se sabe, o local de nascimento tem uma influência relativa no discurso individual, sendo os aspectos sociais, o percurso cultural, a idade, o sexo, a raça, a ocupação, o grupo, as tradições, factores de maior relevância. Para Wardhaugh estudar o dialecto sem ter em conta o aspecto social é o mesmo que estudar a história de França esquecendo Paris, ou como se ao escrever Hamlet não se tivesse incluído o príncipe (pp. 131-133).

5. DIALECTOLOGIA ESTRUTURAL

Já vimos como os dialectólogos e os linguistas teóricos estavam afastados entre si nos primeiros trabalhos dialectais. Os primeiros atacavam os segundos por serem "abtractos"; os segundos atacavam os primeiros chamando-lhes "caçadores de borboletas" (Chambers e Trudgill, p. 17). No entanto, em 1954, a partir da publicação de um artigo de Uriel Weinreich, "Is a Structural Dialectology Possible?", os dialectos começam a ser estudados de forma sistemática. A dialectologia estrutural procura explicar os trabalhos de dialectologia, algumas das propostas dos linguistas estruturalistas, comparando variedades de uma língua. Como a dialectologia se baseava na comparação de uma variedade linguística com outra, era natural que o estudo estrutural da disciplina fosse possível. No entanto, ainda que a dialectologia possa dar conta das diferenças de inventário com êxito, dizer quantos e quais fonemas existem, não parece que consiga explicar as variedades em termos de distribuição e de incidência.

6. A DIALECTOLOGIA GENERATIVA

A dialectologia generativa é um passo mais no sentido de deduzir de uma dada teoria linguística a explicação das variedades dialectais. "Implica a aplicação de conceitos e descobertas da gramática generativa, especialmente da fonologia generativa, à descrição e comparação de diferentes dialectos" (Chambers e Trudgill, p. 45). A dialectologia generativa procura mostrar as diferenças entre dialectos, da mesma maneira que as alterações na fonologia e morfologia das formas. "Trabalha com base no pressuposto de que uma única forma subjacente pode postular-se para dialectos relacionados e que esses dialectos diferem nas regras fonológicas que se aplicam às formas subjacentes, e/ou nos contextos em que se aplicam as regras, e/ou na ordem em que se aplicam as regras" (p. 46).

7. DIALECTOLOGIA URBANA OU DIALECTOLOGIA SOCIAL

Ao mesmo tempo que a linguística teórica, outras disciplinas influenciaram indirectamente a dialectologia, nomeadamente as ciências sociais. Porque "a concentração na investigação da língua dos camponeses e da classe trabalhadora (...) conduziu a uma considerável ignorância sobre os dialectos falados por outros grupos sociais, alguns dialectólogos começaram a reconhecer que a variante social era tão importante como a variante regional, [que] todos os dialectos têm uma componente social e uma componente regional" (Chambers e Trudgill, p. 56).

A primeira tentativa de atenuar esta deficiência pertence já ao Atlas Linguístico dos Estados Unidos e Canadá; para a sua realização, foram dadas aos investigadores de campo instruções para que tivessem em conta a dimensão social. Na realidade, a incidência

nos estudos rurais tinha conduzido ao abandono, quase total do uso linguístico da maioria da população. Isto sucedia, por exemplo, nos países fortemente urbanizados. Os linguistas teóricos e os dialectólogos descobriram que ignoravam o que sucedia, a nível linguístico, com a maioria das pessoas que vivia em cidades e meteram mãos à obra.

Tendo-se partido de estudos dialectais, com base na filologia comparada de tipo histórico, orientados para o rural, passou-se para o estudo dos dialectos urbanos, novos, procedentes da imigração, abordados numa perspectiva essencialmente sincrónica. Este tipo de abordagem desenvolveu-se principalmente a partir de 1930.

7.1. Recolha de dados

Nos trabalhos tradicionais de dialectologia, o informante respondia ao questionário geralmente com uma única palavra. Nos trabalhos de dialectologia urbana, procura-se obter uma forma típica do discurso, o que só é possível com uma amostragem representativa dos falantes, e com uma recolha de discurso representativo. Por outro lado, os trabalhos em dialectologia urbana incidem mais na fonologia e na gramática do que no léxico, contrariamente ao que acontecia na geografia dialectal mais interessada no léxico.

Para conseguir um discurso típico, registam-se fragmentos de discurso, quase conversas, fazem-se perguntas que produzam uma grande quantidade de discurso livre, procurando que o discurso produzido não seja apenas formal. Para isso Labov utiliza o que chama *The Observer's Paradox*, ou seja, o linguista observa sem ser observado. O investigador procura descobrir o discurso informal, não porque os falantes não possuem a variante formal e a informal, mas porque a informal parece "mais sistemática e regular, e além disso mais interessante que as outras variedades" no sentido em que está menos afectada pela norma e "as tendências e regularidades são

mais fáceis de encontrar, para além de ser um estilo dentro do qual têm lugar muitas mudanças linguísticas" (Chambers e Trudgill, p. 58).

7.2. A amostragem

O êxito de um trabalho de investigação em dialectologia urbana, apoia-se numa considerável quantidade de gravações, de um grande número de pessoas. Uma vez determinada a amostragem é necessário agrupá-la por sexo, grupo social, idade, ocupação, educação, tipo de habitação. A escolha adequada à realidade é essencial para permitir retirar conclusões concretas e eficazes.

As conclusões estabelecem-se no que diz respeito à conduta de um grupo e estão relacionadas com a boa escolha de amostragem. Um princípio fundamental para que uma amostragem seja a apropriada é que todos os membros da comunidade estejam em igualdade de circunstâncias para serem entrevistados. Se a amostragem está mal estabelecida podemos dizer que são esses falantes concretos os que actuam linguisticamente de uma determinada maneira, mas não a comunidade no seu conjunto. Por isso, os estudos de sociolinguística não devem violar os conceitos básicos de estatística se quiserem ser úteis e representativos.

Os investigadores devem estar preparados para utilizar procedimentos estatísticos, não só na amostragem como também no tratamento dos dados recolhidos e na verificação das hipóteses que formularem.

Ao fazer um trabalho experimental é preciso ter sempre em conta dois princípios: o da validade e o da segurança. O que nenhum linguista pode fazer é deixar de ser extremamente rigoroso no tratamento estatístico, permitindo-se em seguida, apresentar conclusões sólidas relativamente a factos que só a ele parecem evidentes. A validade do trabalho de investigação não depende de uns poucos

gráficos que apelam sobretudo ao nosso sentido visual, mas deve apoiar-se essencialmente em dados concretos e em valores determinados.

7.3. Variedade linguística

O que está por detrás de todo o processo de investigação em dialectologia urbana é a necessidade de encontrar a variável linguística acompanhada da sua correspondente variável social. As variações não são livres, mas sim determinadas por factores sociais e/ou linguísticos. Uma variável linguística é "uma unidade linguística com duas ou mais variantes implicadas, em co-variação com outras variáveis sociais e/ou linguísticas" (Chambers e Trudgill, p. 60).

Uma vez identificada a variável linguística, base do trabalho, a tarefa seguinte consiste em ver como a variante linguística se relaciona com a variante social.

Um primeiro estudo da variável linguística, realizado no norte da Índia em Deli, por Gumperz, em 1958, demonstra a existência de uma estreita relação entre a variante linguística e um facto social, a casta.

Em seguida, é necessário reunir os dados que se referem às variantes de maneira que possam retirar-se certas conclusões sobre a distribuição social das variantes. Será necessário relacionar aquelas com certos factores quantificáveis na sociedade: sexo, idade ou classe social. Esta última tarefa é a mais difícil. Relacionar a variante linguística com a idade ou o sexo é relativamente simples, mas a tarefa complica-se ao estudar o grupo social dos membros da amostragem. Um dos maiores problemas ao falar de classe social é que o espaço social é pluridimensional, mas os sistemas de classificação social são unidimensionais. Uma pessoa da classe média num determinado momento pode ser esposa, noutro secretária,

noutro filha, etc. Uma vez criada uma hipótese sobre as variáveis e as suas relações a nível social e linguístico - o passo seguinte é o da recolha de dados.

B. METODOLOGIA

Quanto à metodologia de recolha de dados na área da dialectologia social foram definidas duas grandes técnicas: a dos antropólogos e linguistas antropólogos (participar, observar, às vezes completando os seus dados com um questionário); e a dos sociólogos e sociolinguistas (baseada no recenseamento e noutros dados de reconhecimento).

São três, segundo Kibrik⁴, os métodos possíveis de aproximação à realidade linguística: a) o introspectivo, para o qual o investigador se serve apenas da sua competência linguística, usando a introspecção; b) o analítico: o investigador baseia-se em generalizações a partir de alguns dados recolhidos; não é necessário, como no caso anterior, que o linguista conheça a língua; c) o experimental: que se refere ao controlo que o investigador exerce sobre os dados recolhidos. Este método usa-se em simultâneo com o método introspectivo. Para efectuar este controlo o investigador costuma servir-se de um falante nativo; este é o método que usam geralmente os linguistas, acrescentando para além disso, os métodos a) e b).

Esta metodologia de recolha de dados teve a sua origem nos anos 20 na América, quando os linguistas tentaram descrever, de maneira eficiente e rápida, as línguas dos índios em vias de extinção. Através do método indutivo os estudiosos chegaram a descrições linguísticas dos dados observados, gerando-se uma importante hipótese metodológica que analisa separadamente os modelos fonológico, morfológico, sintáctico e semântico.

9. LÍNGUAS EM CONTACTO

Um tema muito desenvolvido nos últimos anos refere-se às investigações sobre as línguas em contacto⁵. Os problemas existentes neste domínio foram analisados por Uriel Weinrich em 1953. Segundo este autor a maioria do processo linguístico que se produz durante o contacto entre línguas tem por base motora o bilinguismo. Partindo do princípio que o bilinguismo existe porque a sua não existência tornaria impossível a comunicação no interior da comunidade. A presença de dois códigos numa mesma comunidade implica interferências e interacção; as línguas em contacto podem por isso evoluir linguisticamente, porque estão em contacto as competências dos falantes, de duas áreas linguísticas diferentes.

Quando se trata de recolher dados de comunidades bilingues ou plurilingues, em que se tenta saber quando se produz a mudança linguística ou o desvio de uma língua em direcção a outra, é preciso, em primeiro lugar, dispor de um certo tempo de observação não estruturada, para captar o simbolismo social dos códigos em questão. Depois levantam-se hipóteses específicas para a escolha de cada código pelos falantes. É provável e frequente que o código que nos surja varie com o interlocutor, não com o tema de conversação. É comum que os investigadores, estranhos à comunidade, passem previamente algum tempo nela, para conhecer claramente o uso que é feito da língua, e também para estabelecer afinidades com os habitantes da comunidade.

Esta observação das regras e estabelecimento de relações com os membros da comunidade é crucial para delimitar a parte mais importante da estrutura de investigação. O inconveniente desta técnica é o tempo excessivo de que se necessita para realizar o estudo, sem esquecer que exige energia, persistência e grande empenho emocional, pois criam-se intensas relações com indivíduos pelo menos durante algumas semanas. Apesar do elevado grau de implicação por parte do investigador, é frequente que se negligenciem as gravações, além de que se gravam mais horas de entrevista do que

aquelas que mais tarde se poderão utilizar; não se deve esquecer que, por cada hora de gravação são necessárias umas dez horas para a análise dos dados.

Em resumo, em zonas bilingues é preciso criar as estratégias necessárias de acordo com um conjunto de dados dependentes das condições do local onde se pensa investigar. É de grande utilidade numa comunidade, por exemplo, criar contactos prévios para poder dizer "sou amigo de um amigo", pois costuma dar bons resultados e abre as portas para um trabalho mais eficiente.

Outras estratégias para obter a língua do dia a dia são os contactos telefónicos, mas nem todas as famílias possuem telefone; e o contacto com sacerdotes, professores primários e comerciantes, pois têm grande aceitação no interior das comunidades.

Uma outra técnica a que se recorre bastante em áreas bilingues é a da não utilização de questionário, dispondo o entrevistador de uma série de tópicos de conversa, por exemplo: que pensa da sua terra, das raparigas de hoje, da educação, dos seus vizinhos, etc., procurando estabelecer um diálogo.

De qualquer modo, em comunidades bilingues e multilingues, em zonas de línguas em contacto, e apesar de alguns investigadores utilizarem elementos estatísticos nas suas análises, o mais frequente e com maior tradição, é a obtenção de dados através da metodologia etnográfica, pelo método de observação, examinando de uma forma não quantitativa a escolha de vários componentes do contexto.

Numa comunidade bilingue os próprios falantes têm consciência do uso das várias línguas. Associam cada código a um conjunto diferente de valores sociais, que utilizam de acordo com os diferentes interlocutores. Para obter a realidade linguística utilizada pelos falantes pode-se perguntar aos próprios a sua opinião e observar a linguagem quotidiana.

A primeira hipótese pode conduzir a erros, pois muitas vezes os falantes não têm consciência do seu próprio uso linguístico em cada ocasião: se uma das línguas é a que tem mais prestígio, será essa a que dirão que utilizam. E por outro lado, quando se pede aos falantes que deem uma opinião sobre a sua própria língua,

não entendem o que o entrevistador lhes está a pedir ou em que é que ele está interessado.

9.1. O Código Misto

Em comunidades plurilíngues surge frequentemente um código misto. Nessas comunidades é fácil ouvir um falante começar uma frase numa língua e acabá-la noutra, ou misturar ambas as línguas, como nos mostra Poplack no seu artigo "Sometimes I'll Start a Sentence in English y Termino en Español".⁶

Este código como diz Milroy, (p. 186) está estigmatizado porque por detrás existe uma ideologia de pureza e por isso costuma ser avaliado de forma pejorativa; por exemplo, o "Tex-Mex" é o nome dado aos falantes bilingues de espanhol e de inglês da Califórnia.

A análise destes códigos deve fazer-se através de avaliações de semântica diferencial, pedindo aos informantes que avaliem, recorrendo a uma escala de adjectivos (honradez, prestígio, etc.), os falantes da outra língua ou do grupo misto.

Também se utilizam questionários para o estudo de comunidades bilingues, com vantagens quanto à rapidez e custo. Romaine⁷ em 1983, utilizou um questionário original; pediu aos informantes que, ao longo de 24 horas indicassem em que língua compraram o bilhete de autocarro, falaram com os seus companheiros, o estilo utilizado, o lugar onde utilizaram a língua, etc. Esta é uma técnica que exige um bom entendimento por parte dos informantes e disponibilidade, mas tem a vantagem de o observador e o observado serem a mesma pessoa; residindo a maior desvantagem no elevado grau de sofisticação requerida para alcançar o êxito da investi-

Na América Latina⁸ existe uma zona de línguas em contacto entre o português e o espanhol, de nova formação, de código misto. Trata-se do caso fronteiriço de, o Brasil com o Uruguai. Para o seu

estudo⁹ podem consultar-se os trabalhos de Hensey (1972) e (1982), de Elizáncin (1973) e outros mais antigos de Rona (1963) e (1965).

Estas variedades linguísticas denominadas "fronteiriço" são variedades relacionadas mas que têm uma considerável distância linguística entre elas e um certo grau de inteligência (Trudgill, p. 84). Pertencem a áreas geográficas que pela sua situação favorecem o desenvolvimento de uma nova variedade linguística, intermédia entre duas línguas. Hensey demonstra que, na fronteira entre Brasil e Uruguaí, o espanhol é utilizado menos pelos brasileiros do que o português pelos uruguaíes; sendo, no entanto, ambos os países, em geral, bilingues em diferente grau e manifestando

Trata-se, segundo Le Page e Tabouret-Keller (1985)¹⁰, de uma situação linguística difusa, que aparece em áreas pouco habitadas do Uruguaí, onde se produz uma série de variedades mais próximas do português do que do espanhol. Verifica-se, por exemplo, no português, uma série de reduções do sistema vocálico; o ensurdecimento da sibilante sonora [z] > [s] e a fricativização das oclusivas sonoras como em espanhol:

[b] [d] [g] > [β] [δ] [γ]

Na Península Ibérica também existe um exemplo de código misto, situado no Alentejo, na frantranquenho, dialecto estudado por Leite de Vasconcelos em 1939¹¹ mas que aguarda ainda trabalho mais actualizado. No barranquenho produz-se igualmente uma invasão do sistema fonológico do português pelo do espanhol; enquanto na fronteira espanhola não se tem encontrado, até ao momento, nenhum traço português que tenha influenciado o sistema linguístico da língua espanhola nas suas variantes mais próximas: andaluza ou estremenha. Trata-se pois, de um dialecto difuso com traços dos dois sistemas linguísticos.

10. RESUMO

Nesta comunicação foi traçada uma breve panorâmica do que foram os estudos de dialectologia tradicional: inquéritos, informantes etc. Em seguida apresentaram-se alguns trabalhos de sociolinguística urbana: os seus métodos, objectivos, escolha dos informantes. Por fim, conclui-se com alguns tópicos sobre as línguas em contacto e sobre a recolha de dados em zonas bilingues, com uma especial referência a dialectos de código misto, entre o português e o espanhol na América Latina e na Península Ibérica.

NOTAS

1. Agradeço ao Prof. Alan Baxter as indicações bibliográficas que me forneceu e às colegas Ana M. Martins e Aline Villalva a colaboração na versão portuguesa.
2. J. K. Chambers e P. Trudgill, (1980), *Dialectology*, Cambridge University Press, p. 31.
3. R. Wardhaugh, (1986), *An Introduction to Sociolinguistics*, Oxford, Basil Blackwell, p. 127.
4. in, L. Milroy, (1987) *Observing and Analysing Natural Language*, Oxford, Basil Blackwell, p. 4.
5. P. Trudgill, (1986) *Dialects in Contact*, Oxford, Basil Blackwell, especialmente cap. 1, pp. 1-38.

6. S. Poplack, "Sometimes I'll Start a Sentence in English y Termino en Español: Towards a Typology of Codeswitching", *Linguistics*, 18, pp. 561-618.
7. in, L. Milroy, 1987, pp. 188-189.
8. in Trudgill, 1986, cap. 3, pp. 83-126.
9. F. Hensey, (1972), *The Sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan Border*, Paris Mouton; e "Spanish, Portuguese and Fronteirico: Languages in Contact in Northern Uruguay", *International Journal of the Sociology of Language*, 34, pp. 7-24;

A. Elizaincín, (1973). *Algunos Aspectos de la Sociolingüística del Dialecto Fronterizo*, Montevideo, Inst. Interamericano del Niño.

J. P. Rona, "La Frontera Lingüística entre el Portugués y el Español en el Norte de Uruguay", *Veritas*, 2, pp. 201-220; e *El Dialecto Fronterizo del Norte del Uruguay*, (1965), Montevideo. Tonaldi.
10. R. Le Page e A. Tabouret-Keller, (1985), *Acts of Identity*, Cambridge University Press.
11. J. L. de Vasconcelos, (1981), *Filologia Barranquenha. Apontamentos para o Seu Estudo*, Lisboa, In- CM.